José Denizard Macedo de Alcântara

João Alfredo Montenegro(*)

Eis uma bela inteligência que poderia ter ido além dos poucos trabalhos que escreveu, alguns dos quais receberam encômios de José Honório Rodrigues.

Dele:

• "Roteiro econômico da geografia cearense" (RIC, tomo LXXV, 1961, p. 16-62).

Denizard focaliza os fatores mais salientes daquele roteiro, com excelente base bibliográfica.

De suma valia como roteiro histórico-geográfico e econômico do Ceará.

• "Algumas diretrizes na compreensão da independência brasileira" (RIC, tomo especial, 1972, p. 23-77).

Competente exegese do período da Independência em que são sublinhados temas como "mitos da história brasileira; constituição da sociedade brasileira; dimensão histórica do primeiro Imperador."[1]

• "O Ceará na campanha de Mato Grosso (dez. de 1864 a abr. de 1968)" (RIC, tomo LXXXVI, 1972, p. 41-62).

O artigo versa predominantemente "sobre causas próximas e remotas da Guerra do Paraguai, a defesa de Mato Grosso meridional, ficando a parte final dedicada à participação do Ceará naquele conflito, destacando o nome de muitos militares dessa província que nele participaram".[2]

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

[1] SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará,* ob. cit. p. 32-33.

[2] Ibidem, p. 33.

A esta altura, faz-se imprescindível um comentário sobre o perfil tradicionalista, por sinal o mais radical, de Denizard Macedo.

É algo sumamente dilucidador de uma quadra da história das idéias no Ceará.

Trata-se de um intelectual visceralmente ligado a De Bonald, De Maistre, Adam Müller, Gama e Castro, Donoso Cortês, Maurras, Comte, Daudet, Sardinha, entre os ideólogos estrangeiros; a um Cairu principalmente, no Brasil.

Influência mais recente seria a de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, os chefes respectivos das três correntes do Integralismo que perfilhou.

Mesmo seguindo o Credo Verde, que não pregava a monarquia, a esta sempre conservou fidelidade.

Na verdade, foi um cultor do Tradicionalismo monárquico.

Sabe-se que, enquanto durou o movimento integralista ainda era bastante jovem, não possuindo consciência política ou entendimento à altura da conjuntura dos anos 30.

A leitura continuada dos precursores dos pensadores políticos ou filósofos que ajudaram a armar os fundamentos da doutrina do sigma fê-lo palmilhar a senda aberta por Plínio Salgado, filiando-se ao Partido de Representação Popular, extensão da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.), após a redemocratização de 1945, representando-o na Câmara dos Vereadores de Fortaleza.

Apreciável conferencista e professor, tinha palavra fluente, encantando aos seus alunos da Faculdade Católica de Filosofia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFC, da Escola Preparatória de Fortaleza, depois Colégio Militar, aos que acorriam aos auditórios para ouvi-lo.

Então, Oliveira Viana e Alberto Torres tinham lugar cativo na elaboração que empreendia de uma tradição nacional à espera de reconhecimento, afastando o peso artificial da democracia liberal, de instituições político-sociais que não casavam com a índole da nossa formação histórica. Justamente aquelas que, ao lado de Euclides da Cunha, forneceram os lineamentos do nacionalismo preconizado pela doutrina integralista.

À vertente tradicionalista alicerçada nos clássicos estrangeiros acima nomeados, não se deve esquecer de acrescentar a que procede de um Cairu, por exemplo, em que a religião apóia o Estado ou o seu projeto político, dela usando mecanismos ideológicos a assegurarem a boa convivência, a conciliação dos interesses, a ordem fluindo da confluência dos estamentos sociais para um ponto de equilíbrio representado pelo soberano, fraternalmente distribuindo a todos benefícios e graças.

A conciliação preside à marcha da sociedade, sob o controle rígido de estruturas políticas tradicionalistas-autoritárias. O que compreende a configuração corporativista na sua fundamentação doutrinária maior e mais tarde redefinida no Integralismo, nos Estados fascistas.

Escreveu o Visconde:

"Compensamos, conciliamos, balanceamos. Deste modo somos habilitados a unir em um todo coerente as várias anomalias, os princípios contraditórios, que se acham nos escritos e regulamentos dos homens. Daí se origina, não a excelência na simplicidade, mas (o que lhe é superior) a excelência na composição".[3]

Trata-se de algo a espelhar o subdesenvolvimento do período em que a elite proprietária, compondo o Estado, concentrava em si valores, práticas e decisões de modo absoluto, inexistindo diversificação de interesses e de posições no corpo social.

E os papéis executados por essa elite eram encarados como delegação de uma ordem natural.

E ela continuaria prestigiada pelos ideólogos autoritários dos anos 20 e 30 entre nós, justificando uma tradição que mostra o ranço conservador ao expor o medo ou a resistência às mudanças que acabassem destruindo a estrutura hierárquica de classes, sobretudo em função do demo liberalismo.

[3] CAIRU (Visconde). *Causa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1822, pte. 2, p. 20.

Mas, em Denizard, o Tradicionalismo católico se manifesta no franco aplauso que dá à postura reacionária de Gustavo Corção e de seu grupo, não se conformando com as inovações "perigosas" feitas pelo Concílio Vaticano II já prenunciadas pelo imanentismo de Lebret e de Maritain da segunda fase.

Assim, subscreve, com outros católicos tradicionalistas de Fortaleza, declaração em que reafirmam sua fidelidade ao magistério da Santa Madre Igreja e denunciam os erros e as falsidades que nestes e em todos os tempos, ameaçam o povo de Deus.

Referida declaração foi publicada em *Permanência*, novembro de 1968.

Em linhas gerais, denunciava "as idéias de alguns bispos e padres que se manifestam, direta ou indiretamente, em desacordo com os ensinamentos de Roma, desorientando os católicos menos esclarecidos". Assim como outras situações que, no interior da Igreja, constrangiam os signatários.

No documento, é flagrante a ojeriza ao que chama de confusão no comportamento episcopal, não se distinguindo o que é próprio e legítimo neste comportamento e o que tem conotação política.

Investe-se contra o emprego de processos por parte de alguns bispos e padres, e permeados pela violência.

E por esta via prossegue, demonstrando a inequívoca reação aos clérigos progressistas.

Compreende-se melhor o posicionamento ideológico do mestre cearense ao se recordar que o Tradicionalismo, nas diversas faces que apresenta, guarda um fundo comum. Jamais se recusando a tomar partido, em qualquer circunstância, partícipe corajoso dos acontecimentos do seu tempo, muito lógico o apoio que empresta ao Tradicionalismo em voga, sem renunciar ao pensamento dos pródromos numa formulação doutrinária um tanto compósita, cuja síntese não intentou realizar. O que proporcionaria mais clareza à articulação axiológica com a qual jogou ao longo dos seus escritos e conferências.

Não resta dúvida que aí se organizou um procedimento ideológico que deixava o seu autor bastante deslocado do seio da

intelectualidade cearense, ao perfazer um itinerário entrecortado reiteradamente por referências àqueles pródromos muito distanciados da conjuntura contemporânea.

O próprio Fascismo, o culto à monarquia, num momento em que a democracia e os institutos liberais, implantados na ordem política, social e econômica, eram reconhecidos legítimos por tradicionalistas moderados, como Mozart Soriano, lhe arrostava no mínimo a qualificação de excêntrico, de passadista e a conseqüente solidão política.

Parece residir aí a causa principal de sua frustração no campo político, prejudicando uma vocação acendrada para o exercício da coisa pública.

Através de alguns artigos que escreveu, e que serão apreciados em ordem cronológica, pode-se apanhar o seu perfil ideológico.

Primeiramente, aflora "Considerações sobre Bergson", inserto nas páginas do *Anuário do Conselho de Ensino*, 3, Revista da Escola Preparatória de Fortaleza, 1960.

Resultou da palestra realizada na Semana de Estudos Bergsonianos, promovida pela Faculdade de Filosofia do Ceará, para comemorar o 1º Centenário de Bergson, em 1959.

Emerge no pórtico do trabalho a convicção que ressalta, e nisso se fundamenta em Leonel Franca, cuja *Noções de História da Filosofia* constitui por várias décadas o referencial obrigatório dos tradicionalistas católicos em todo o País, especialmente entre 1930 e 1950 – situando no campo epistemológico a origem, o ponto de partida dos sistemas metafísicos.

E, nesta colocação, toma partido a favor da "posição integral do realismo aristotélico- tomista em face do conhecimento – como disse Chesterton – na qual há lugar para uma síntese harmoniosa da fé e da razão, da experiência interna e externa, da inteligência, dos sentidos, da intuição intelectual, volitiva ou emocional, do papel da idéia e da imagem..." (p. 63-64).

Neste aspecto, é notória a sua filiação ao Tradicionalismo Católico.

Contudo, ao se fixar em Maurras, em De Maistre e em outros pensadores de matizes diferentes, segue caminhos epistemológicos

que não batem com o realismo aristotélico-tomista. O que apenas vem a título de reforçar o dito há pouco acerca da articulação axiológica que move.

Tome-se, por exemplo, a Charles Maurras, livro de cabeceira de Denizard, e ver-se-á quão distanciado fica o "método positivo" que adota do método aristotélico-tomista.

Anote-se que o misticismo é admitido na visão maurrasiana, compondo a tradição realista, ao lado do "sentimento puro".

E vem como que a justificativa.

O misticismo e o sentimento em objeto são "corroborados pela crítica racional" [4].

Aliás, o discurso estritamente tradicionalista, aquele que epistemológica e axiologicamente se tem como tal, se auto-analisando, não se assenta em abstrações, ainda quando tido como racionalista.

Como se observou em Gama e Castro, em Burke e tantos outros, eles abrigam forte tendência experimentalista historicista. E, sob a influência de Comte essa tendência se aperfeiçoou, fixando-se numa positividade responsável por um discurso mais próximo das realidades concretas, enfim um discurso acentuadamente empírico.

Mas, retome-se o fio da meada.

Para o articulista em referência, Bergson tece um pensamento que conflita com a concepção católica da razão, segundo Maritain, seu antigo discípulo.

E aqui vem à superfície a construção racionalista do segmento aristotélico-tomista, determinando a formação de diretrizes católicas, a sofrerem insofreável restrição do intuicionismo bergsoniano.

Certo que o filósofo da intuição pura realizou obra extraordinária e de grande oportunidade, demonstrando o dogmatismo científico que se solidificara com o evolucionismo e suas seqüelas doutrinárias.

[4] MAURRAS, Charles. *Enquête sur la monarchie*, Paris: Nouvelle Librairie National, 1916, p. 123.

Reduzia-se assim o homem, o mundo, o universo a subprodutos da matéria cega.

"O pensamento reduzido a simples função fisiológica" é a triste conclusão da absolutização da ciência positiva.

Bergson obstinadamente inverte essa tendência e proclama autonomia e supremacia da consciência face aos fenômenos.

O espírito recupera o seu primado. Então, é possível contrapor "ao determinismo a liberdade humana, o livre-arbítrio, caracterizando a libertação espiritual das inteligências, que apreciavam a utilização da ciência sem sacrifício da metafísica, correspondendo assim ao anseio moderno de sua restauração. O bergsonismo apareceu, pois, no momento oportuno" (p. 67-68).

Ele, contudo, porta deficiências estruturais.

Ao verticalizar a intuição, que representa uma descida ao inconsciente, descurou "um intelectualismo equilibrado que reatasse a tradição tomista com a destruição dos ídolos e a restauração total da verdade".

Assim, perde o autor, sintonizando com a inteligência católica, ocasião excelente de encaminhar a restauração do papel da intuição, tão importante no veio místico-espiritualista da Igreja, e sofreada, injustificadamente, pelo Racionalismo teológico, a inibir de fato a elevação do nível de consciência, o impacto fecundo do Espírito, no cume de um processo de interioração verdadeiramente transfigurador.

De sorte que Denizard, neste artigo, se revela intransigente partidário da orientação aristotélico-tomista. Capta em Bergson algo de panteísmo, que ascende a Spinosa, não nomeando um Deus pessoal. Não vai além de uma cosmologia, não aportando a uma teodicéia.

A epistemologia bergsoniana não recompõe a inteligência; antes aplaude o haver sido arrastada a um plano inferior. E preconiza um sucedâneo: o da "intuição emotiva".

Confessa, entretanto, que Plotino e Santo Agostinho já nela se abeberam.

Declara que, em Bergson, ocorre o sacrifício do intelecto em favor do intuitivo, que classifica de "indefinido e indefinível mi-

lagre natural do entendimento, que penetra a substância num iluminismo imprevisto de gnósticos e cabalistas de todos os tempos" (p. 71).

Como se vê, é exacerbado em Denizard o intelectualismo, ao se rebelar contra a crítica a um dos pilares da vertente tradicionalista expressa pela tendência aristotélico-tomista.

Radicaliza, por demais, essa rebeldia, não percebendo que a intuição pura, ao se imanentizar na ordem do conhecimento, não prescinde do emprego do método discursivo, de certas categorias ensejadas pela episteme que o pervade.

A consciência racional não é compatível com a consciência espiritual, intuitiva.

No estudo "O Pensamento Pontifício e a Política", Denizard aprofunda e esclarece a sua postura tradicionalista.

Observa que a tradição católica goza de ascendência plena até o século XVIII.

Nesta centúria rompe com ela o pensamento político do Ocidente, mediante a visão do mundo difundida pelas "filosofias kantianas e criticistas, individualistas e naturalistas de Rousseau e Hobbes, culminando no Liberalismo da revolução de 1789, pregoeira da democracia liberal e republicana, já com laivos socialistas na ordem econômica..." (p.9).

Aí transparece a convicção de que o Liberalismo, a partir dessas fontes doutrinárias, apresenta-se terrivelmente ambíguo, suscetível do pender para atitudes e realizações individualistas, como também para o Totalitarismo.

Tal vem em socorro de proposição sustentada por De Maistre, De Bonald, Gama e Castro, Donoso Cortês, Balmes, etc., acentuando que o Liberalismo encerra matriz do estatismo.

Daí se opuserem à revolução liberal. Por isso, não é de causar estranheza a aliança da democracia liberal com o Socialismo, produzindo o chamado Socialismo democrático.

E, se vivo fosse, o denodado integrista diria confirmada esta tese com a liberalização do regime comunista da URSS, introduzindo institutos, práticas, o espírito da democracia ocidental nas estruturas políticas e econômicas daquele País.

É o desfecho natural de uma evolução histórica que nasce com o Renascimento e a Reforma, golpeando o ideário católico. Este era imanente às monarquias, unidas à Igreja e com ela executando a grande missão de construção da civilização cristã.

A unificação nacional intentada pela Realeza no último século da Idade Média valeu-se de um arrazoado ideológico oferecido pelo Direito Romano cesarista, "antípoda do direito consuetudinário germânico e feudal e da tradição católica, pela obra dos legalistas régios".

Aí se acha a raiz da diretriz totalitária, estatista, visceralmente ligada aos regimes demoliberais.

Isso passa pela mediação histórica do despotismo da Revolução, a promanar paradoxalmente de Richelieu, o artífice maior do poder real em França.

Daí promoverem os documentos pontifícios pertinentes um combate sem tréguas ao Liberalismo – o totalitarismo da liberdade.

E o fizeram, como não poderia ser de outra forma, autoritariamente, em "defesa do Estado, da Autoridade, da Tradição".

Eles acorrem ao palco de uma civilização ameaçada pelo totalitarismo estatal, e procurando preservar "liberdade humana e os direitos intangíveis da pessoa humana, fidelíssimos à sua posição de equilíbrio em torno do problema crucial da Liberdade e da Autoridade, do homem e do Estado" (p. 10).

Em outras palavras, quer proclamar a grandeza e o mérito da monarquia feudal, responsável por uma ordem social em que, sob o travejamento hierárquico, compactuavam direitos e deveres, autoridade e liberdade.

Tudo sob a égide espiritual da Igreja. Contra essa ordem social e política prevaleceu a instituída pelo demoliberalismo, cujos reflexos poderosos se generalizam a ponto de reduzir até a grei católica.

Não é de admirar, pois, que pensadores eminentes dessa grei, como Lacordaire e Lamennais, tentassem conciliar o Liberalismo com o Catolicismo, no século XIX.

É a tentativa de harmonizar coisas ontologicamente divergentes. O que pode resultar em efeitos danosos.

Veja-se o exemplo de Lamennais, resvalando para a heresia...

O mesmo ocorre nos dias presentes com a política da mão estendida pelo "maritenismo".

É de se registrar por importante que, na extensão das páginas ora comentadas, Denizard efetua implicitamente a articulação doutrinária do puro e oficial Tradicionalismo Católico, aquele exposto nos documentos pontifícios, e o desenvolvido por pensadores geralmente católicos, mas em linha de independência ou não falando como membros da Igreja, dela recebendo delegação.

De modo que o estudo em apreço instrumentaliza com alguma eficácia a unidade ideológica mais profunda a que se prende, daí saindo as posições político-doutrinárias objetivadas em atividades a que se dedicou; a de professor, a de político, a de historiador.

Tudo indica que o autêntico homem de direita, ora em análise, vai buscar naqueles documentos a sua concepção de pessoa humana, "anterior e superior ao Estado", distinguindo-se do indivíduo subordinado ao mesmo.

Certo que o enunciado é o de Léon Daudet, porém retém legítima procedência papal.

Então há uma limitação natural à liberdade do homem, como também em relação à autoridade do Estado.

Ao lado do Estado, a Igreja, por sua vez, dispõe de autonomia.

São distintos, o que não impede "conjugar em união os seus esforços, sobretudo naquelas questões que são de interesse mútuo e comum" (p. 15).

Frise-se, todavia, que a mencionada unidade ideológica de Denizard, possibilitada ao trazer à colação a doutrina pontifícia, cai por terra em outros momentos de sua reflexão, principalmente quando se clarifica a sua adesão aos regimes políticos fortes, quando perfilha o autoritarismo político de um Maurras, de um Plínio Salgado, de um Miguel Reale, de um Gustavo Barroso, esses três últimos mentores máximos do Integralismo.

Decorre daí flagrante antagonismo que se torna mais evidente ao declarar que "só um nome é adequado ao pensamento político dos papas e este nos basta: é o Cristianismo político" (p. 18). Como se, realmente, apenas ele constituísse o seu emblema político-ideológico...

Os documentos políticos examinados não determinam aos católicos seguirem o modelo político monárquico.

Deixam-lhes livre opção dentro do espectro que fica distanciado tanto do individualismo quanto do estatismo.

Denizard, ao abordar a configuração hegeliana do Estado Integral, termina por deslizar no estatismo.

Isso sem referir o autoritarismo que absorveu da monarquia transposta para o Brasil, a concentrar poderes imensos nas mãos do Soberano, com a Constituição de 1824, criando o Poder Moderador, o garroteador das liberdades públicas, como diria Frei Caneca.

Tratava-se de um mecanismo perverso, que aumentava de muito o arbítrio do Imperador.

É na história que recolhe as bases de um julgamento analítico sobre a legitimidade de uma monarquia dessa espécie ou do Sistema político mais adequado à contemporaneidade. O que denota a expressão Tradicionalista desse julgamento.

E, nesse ponto, importa suavizar a recepção do momento hegeliano do Estado Integral por Denizard, enfatizando que este Estado também é a culminação de um processo histórico nacional, segundo o Credo Verde.

Os valores monárquicos estão incrustados na formação social brasileira, após três séculos de duração, forjando convicções inabaláveis, "costumes e idéias obtidas no leite materno".[5]

Com efeito, ele compõe a figura singular e estranha no interior da elite intelectual do Ceará, o qual, a uma história que chegou ao zênite no passado, dedicava o melhor de sua reflexão, da sua fala, dela tirando lições indeléveis, uma organização política e social modelar. Um tipo de homem temente a Deus e cioso de um papel a cumprir numa ordem de coisas em que cada uma delas estava no devido lugar. Uma escala hierárquica em que do topo para baixo desciam fluentemente benefícios e graças, na sedução do paternalismo. Um romântico desejoso de ressuscitar o passado.

[5] ALCÂNTARA, José Denizard de. *Prefácio à vida do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro*, ob. cit., p. 30.

Não teria sido a sua presença no Integralismo motivada em grande parte pelo projeto corporativista de ordem medieval, formando o núcleo central dessa doutrina?

Muito precioso o testemunho de seu irmão, o escritor e jornalista Nertan Macedo:

"Denizard foi, desde menino, por razões diversas, das deformações intelectuais às de temperamento, um Tradicionalista destemeroso, capaz de rejeitar a mais convincente forma de pensar racional pela mais obscura e institiva **devoção** aos misteriosos cultos dos antepassados, aos fatos e lendas da História do Brasil. Também a todo o **histórico** ou **legendário** da chamada civilização católica, mais do que apenas Cristã, que ele tanto amava e rememorava, com seus santos e heróis, os seus nobres, escudeiros e cavaleiros andantes, nós, os feudais...[6]".

É, na verdade, um testemunho de extraordinária importância para os historiadores das Idéias, o mais completo, pela enorme soma de informações que oferece da pessoa e do perfil ideológico do controvertido cearense.

Este "vivia o passado de forma muito intensa, quase sobrenatural e mística".

Transfigurava-o ao objetivá-lo, quase dando a entender que o paraíso voltara a existir na civilização feudal. O que se robustece no espírito ao se recapitular que a Revolução Francesa abrira espaço para a **segunda queda**.

Então, por obra dos ideais liberais, as nações Cristãs perderam o temor de Deus e se engolfaram em misérias, no reino da desordem social, econômica e política, ao se vulnerar a ordem espiritual que permeava a ordem hierárquica.

Fiel à atitude de repúdio aos iluministas do século XVIII e à sua obra nefasta, indignava-se contra os utopistas, os que transferiam o paraíso para o futuro, prometendo "maiores doses de progresso e felicidade para os povos...[7]".

---

[6] Jornal *O Povo*, 1º de novembro de 1987.

[7] Ibidem.